

## Sumário

<b>Prefácio à 2ª edição.....</b>	<b>XV</b>
<b>Prefácio à 1ª edição.....</b>	<b>XVII</b>
<b>Nota do autor à 2ª edição .....</b>	<b>1</b>
<b>Lista de abreviaturas .....</b>	<b>3</b>
<b>1 O acordo de não persecução penal.....</b>	<b>5</b>
1.1 Breve conceituação .....	7
1.2 Implementação.....	12
1.3 Cabimento .....	14
1.3.1 Tabela de vedações .....	16
1.3.2 Antigas vedações .....	18
1.3.3 Arquivamento.....	21
1.3.4 Aferição da pena mínima em abstrato. Aplicação analógica de súmulas do STF e do STJ .....	22
1.3.5 Crimes culposos com resultado violento. Violência imprópria. Crime preterdoloso.....	25
1.3.6 Transação penal. Linha do tempo dos três principais benefícios negociais .....	27
1.3.7 Reincidência. Conduta criminal habitual, reiterada ou profissional .....	28
1.3.8 Pessoa jurídica e crimes ambientais. <i>Disregard doctrine</i> .....	30
1.3.9 Crimes de abuso de autoridade .....	32
1.3.10 Discricionariedade .....	33

1.3.11 Recusa pelo Ministério Público após provocação do investigado .....	37
1.4 Condições a serem pactuadas .....	38
1.4.1 Pena ou condição livremente assumida?.....	38
1.4.2 A inaplicabilidade da Resolução n.º 154/2012 do CNJ.....	40
1.4.3 Os “falsos” acordos penais.....	41
1.4.4 Condições possíveis de serem ajustadas. <i>Übermassverbot e untermassverbot. Win-win negotiations.....</i>	43
1.4.5 Danos causados por crimes ambientais. <i>Reparação in integrum .....</i>	47
1.4.6 Renúncia a armas de fogo de uso permitido .....	48
1.4.7 O acordo de não persecução total. Crimes praticados contra a Administração Pública.....	49
1.4.8 Renúncia do investigado a recursos interpostos.....	54
1.4.9 Renúncia do Ministério Público a requerimentos cautelares já formulados .....	55
1.5 Descumprimento justificado e injustificado. Fungibilidade, novação e direito de justificação .....	56
1.5.1 Não oferecimento de suspensão condicional do processo .....	58
1.5.2 Não restituibilidade da obrigação parcialmente cumprida .....	59
1.6 Natureza jurídica da confissão.....	60
1.6.1 <i>Brady</i> material e a supressão de evidência favorável à defesa .....	63
1.6.2 <i>Magnus consensus</i> e condição de evitação da denúncia.....	66
1.6.3 <i>Venire contra [p]actum proprium</i> .....	67
1.6.4 Proteção à confissão consensualmente obtida. <i>De lege ferenda e de lege lata .....</i>	69

1.6.5 Autos apensos. A hipótese de desentranhamento da confissão .....	72
1.6.6 A audiência de custódia .....	75
1.7 Contraditório e ampla defesa, presunção de inocência e devido processo legal.....	77
1.7.1 Contraditório e ampla defesa .....	77
1.7.2 Presunção de inocência.....	80
1.7.3 Devido processo legal.....	81
1.8 Reparação do dano causado à vítima. A centralidade do ofendido .....	82
1.9 Convite/notificação e audiência extrajudicial.....	86
1.10 Homologação do acordo e fiscalização das condições.....	91
1.10.1 Natureza jurídica da homologação .....	92
1.10.2 Papel do juiz na homologação .....	93
1.10.3 Aglutinação de audiências.....	96
1.10.4 Acordo homologado ou recusado .....	97
1.10.5 Fiscalização .....	98
<b>2 Princípio da oportunidade da ação penal pública: os acordos de não processar .....</b>	<b>103</b>
2.1 <i>Pactum de non petendo</i> ou acordo de imunidade condicional .....	106
2.2 Direito comparado .....	108
2.3 Confusão com o <i>plea bargaining</i> norte-americano .....	113
2.4 O caminho político-criminal sem volta. Ausência de interesse de agir.....	115
2.5 A morosidade processual .....	120

2.6 O colapsante sistema prisional no Brasil.....	126
2.7 A (in)validade do artigo 18 da Resolução n.º 181/2017 do CNMP .....	132
2.7.1 As ações diretas de inconstitucionalidade .....	133
2.7.2 Argumento da força de norma primária.....	133
2.7.3 Argumento da presunção de constitucionalidade.....	136
2.7.4 Argumento da ausência de matéria processual.....	137
2.7.5 Argumento da ausência de matéria penal.....	139
2.8 Nova natureza penal do acordode não persecução .....	141
2.9 O acordo de não continuidade da persecução penal.....	143
2.10 O acordo de não representação infracional .....	148
2.11 O acordo de não persecução penal adesivo ou bifurcado ....	152
<b>3 Roteiro de atuação e modelos digitais para membros do MP, Judiciário, OAB e Defensoria Pública .....</b>	<b>155</b>
3.1 Primeiro passo .....	155
3.2 Segundo passo.....	156
3.3 Terceiro passo.....	158
3.4 Quarto passo .....	160
3.5 Quinto passo .....	162
3.6 Sexto passo .....	168
3.7 Sétimo passo.....	170
3.8 Oitavo passo .....	172
3.9 Nono passo .....	173
3.10 Fluxograma.....	176
<b>Referências.....</b>	<b>177</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>185</b>

Fluxograma: imagem ampliada e girada.....	185
Artigo 18 da Resolução n.º 181/2017 do CNMP, com a redação dada pela Resolução n.º 183/2018, também do CNMP .....	186
Artigo 28-A do Projeto Anticrime .....	189
Artigo 28-A do Projeto de Segurança Pública.....	192